



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

088

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0175402-7**

**APELANTE: MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**

**APELADO: FANNY VIEIRA DE MELO GULDE**

**RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**

**ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL, CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.**

- A autora era ocupante de cargo comissionado junto à edilidade, conforme demonstra os documentos acostados aos autos.
- Assim, demonstrado o vínculo com o Município/Réu, outra não pode ser a decisão senão o reconhecimento do direito da autora ao percebimento da remuneração que lhe é pertinente.
- Recurso de Apelação não provido, mantendo-se a sentença singular em todos os seus termos. À unanimidade.

5532

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0175402-7, em que é apelante o MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES e apelada, FANNY VIEIRA DE MELO GULDE; Acordam os Exmos. Desembargadores que compõem a Sétima Câmara do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Apelação, mantendo-se a sentença singular em todos os seus termos, tudo na forma do relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 26/01/2010

Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO  
- Relator/Presidente -



69  
089

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

---

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0175402-7**  
**APELANTE: MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**  
**APELADO: FANNY VIEIRA DE MELO GULDE**  
**RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

### RELATÓRIO

Fanny Vieira de Melo Gulde, instaurou Ação Ordinária de Cobrança contra o Município de Jaboatão dos Guararapes, na qual alega que foi admitida no cargo comissionado de Secretária Adjunta da SEGOV, do mencionado município, em 01/04/2004, conforme documento anexo às fls. 07, dos autos, sendo posteriormente exonerada em 01/01/2005, conforme documento anexo às fls. 09, sem o recebimento dos pagamentos devidos, conforme especifica e requer na inicial.

*Deu* O Juiz Singular exarou Sentença julgando procedente o pedido da autora, condenando o réu, ora apelante, ao pagamento da verba remuneratória, correspondente aos vencimentos do cargo símbolo CC-2 no mês de dezembro/2004, férias proporcionais (9/12) simples com acréscimo constitucional de 1/3 (um terço) correspondente ao período aquisitivo de 2004 e décimo terceiro salário proporcional (9/12), correspondente ao período aquisitivo de 2004, devidamente atualizadas pela tabela ENCOGE, desde a data em que passou a ser devida cada parcela, acrescida de juros de mora à base de 05% (meio por cento) ao mês, estes contados da data da citação.

O Município/Apelante inconformado interpôs Recurso de Apelação (fls.39/44), aduzindo, em síntese, a ausência dos documentos indispensáveis à demonstração da existência dos fatos narrados e do direito perseguido. No mérito, afirma, não restou comprovado o vínculo com a municipalidade razão pela qual deve ser julgado improcedente o pedido da autora.



**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

O Representante Ministerial do primeiro grau opinou, às fls.27/29, pelo acolhimento, parcial, da pretensão deduzida na prefacial.

Contra-razões às fls. 48/52, pela manutenção in totum da sentença guerreada.

A Procuradoria de Justiça Cível, às fls. 66, deixou de emitir parecer, em razão de não existir interesse público na causa em apreço.

É o Relatório.

À Revisão.

Recife, 29 de Outubro de 2008

  
**DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

091

Sétima Câmara Cível

Apelação Cível n.º 175402-7

Juiz Sentenciante: Dra. Catarina Vila-Nova Alves de Lima  
2ª Vara da Fazenda

Apelante : Município de Jaboatão dos Guararapes

Advogado : Dr. Aldemar Silva Santos

Apelada : Fanny Vieira de Melo Gukle

Advogado : Dr. Josinaldo Maria da Costa

Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo

Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

**BREVE RELATÓRIO DOS FATOS**

Trata-se de Apelação em face de sentença que julgou procedente o pedido de cobrança de vencimentos de ex-servidor público, referentes ao mês de dezembro/2004, 13º Salário e férias proporcionais.

A decisão não foi submetida ao duplo grau de jurisdição em face do débito ser inferior a 60 (sessenta) salários mínimos.

*[Assinatura]*



092.

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0175402-7**  
**APELANTE: MUNICÍPIO DO JABOATÃO DOS GUARARAPES**  
**APELADO: FANNY VIEIRA DE MELO GULDE**  
**RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO**  
**ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO**

Cuida-se de Apelação Cível Intentada em face de Sentença, que, proferida pelo Juízo *a quo*, julgou procedente a pretensão da autora, ora apelada.

O recorrente, almejando a reforma da Sentença, alega para tanto que não há prova cabal a comprovar o vínculo da autora com a municipalidade, já que não trouxe aos autos com a inicial todos os documentos indispensáveis a propositura da ação, ensejando a extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 267, V, do CPC.

*Dr. João*

No mérito, afirma, que como não demonstrou tal vínculo não há que ser reconhecido o pretense direito da autora, pelo que requer a anulação da sentença.

Concernentemente a prejudicial de mérito argüida pelo apelante de ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, não há como ser acolhida, uma vez que a inicial foi instruída com documentos suficientes a comprovação do vínculo funcional da autora com a municipalidade. Foram acostadas as respectivas publicações das portarias em que consta a nomeação da Apelada para o exercício do cargo comissionado junto ao Município de Jaboatão dos Guararapes, além de comprovante de pagamento realizado pelo município para com a autora.

*Dr. João*

Adentrando no mérito recursal, cumpre esclarecer inicialmente que a autora foi nomeada em 02/04/2004, para exercer o cargo comissionado Secretária Adjunta da SEGOV, com remuneração correspondente ao símbolo CC-2, nos termos da Portaria nº 0150/2004. Sendo exonerada em 01/01/2005, sem o recebimento dos valores devidos, como descreve na inicial.



093

**Poder Judiciário**  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Outrossim, o pagamento de salários se refere à contraprestação pelos serviços prestados, pelo que tendo comprovado a autora que laborou para a edilidade, faz jus a saldo de salários, férias vencidas e 13º salário, como determinado na decisão singular.

Não procede, pois, a alegação do apelante de que não houve comprovação do vínculo da autora com a municipalidade, pelo que entendia improcedente o pleito inicial. De fato, restaram devidamente comprovados os fatos alegados na exordial, bem como o direito perseguido pela autora.

Assim, ante as razões acima esposadas, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO** da apelação, mantendo incólume à sentença fustigada.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 26/01/2010

  
**Des. João Bosco Gouveia de Melo**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR**

094

Sétima Câmara Cível  
Apelação Cível n.º 175402-7  
Juiz Sentenciante: Dra. Catarina Vila-Nova Alves de Lima  
2ª Vara da Fazenda  
Apelante : Município de Jaboatão dos Guararapes  
Advogado : Dr. Aldemar Silva Santos  
Apelada : Fanny Vieira de Melo Gulde  
Advogado : Dr. Josinaldo Maria da Costa  
Relator: Des. João Bosco Gouveia de Melo  
Revisor: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE REVISÃO (sem preliminares)

Tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminentíssimo Relator, em sede meritória, voto nos seguintes termos:

**No Mérito:**

- ( X ) Não provimento do recurso de apelação.  
( ) Não provimento do Reexame Necessário.  
( ) Não provimento do Reexame Necessário, prejudicado o recurso voluntário.  
( ) Provimento do Reexame Necessário, prejudicado o apelo.

É como voto.

Recife, 26 / 01 / 2010

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos  
Revisor